

FIM DO RECESSO

Votação da Lei do Orçamento é prioridade

Após 19 dias de recesso branco, os líderes partidários desembarcam hoje em Brasília na tentativa de viabilizar a votação de três dezenas de projetos, do Orçamento de 1994 à Medida Provisória 542, que criou o real. Os presidentes do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), e da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), reúnem os líderes às 15h para definir a pauta do esforço concentrado para acelerar as votações. O líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), antecipa que a MP do Real não deve ser votada agora.

“O esforço concentrado foi programado no início do mês para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento”, disse o líder, salientando que o governo faz questão da participação do Congresso na discussão da MP do Real. Santos deve se encontrar hoje com o relator da MP, senador José Fogaça (PMDB-RS), e já adiantou que, caso não haja tempo para discutir e votar a

medida até dia 30, o governo não vê problema em reeditá-la. “Podemos incluir logo as contribuições do Congresso para aprimorar o plano”.

O primeiro item da pauta deve ser a lei orçamentária deste ano. Com praticamente sete meses de atraso, o Orçamento de 1994 continua aguardando votação na Comissão Mista do Congresso e terá que enfrentar outro obstáculo ao passar para o plenário, além da falta de quórum que tem inviabilizado as votações. É que o PT promete obstruir a votação do Orçamento até que a LDO seja apreciada. Segundo o deputado Chico Vigilante (PT-DF), apenas um dos 23 relatórios setoriais do Orçamento foi concluído e, quando todos estiverem prontos, serão necessários pelo menos 20 dias para que o relator possa produzir um parecer. “Não queremos repetir o caso Fiúza, dando plenos poderes ao relator”, disse Vigilante, apostando que a falta de quórum vai facilitar a obstrução.